

“Desatando nós”: sequência didática sobre o sistema sexo-gênero para o ensino de História

“Untying Knots”: Didactic Sequence on the Sex-Gender System For Teaching History

José Washington de Moraes Medeiros*

Débora Lins Epaminondas**

RESUMO

A sequência didática (SD) roteiriza aulas para o ensino de História sobre o sistema sexo-gênero, e suas ontologias sócio-históricas e subjetivo-culturais. Volta-se para o Ensino Médio (3º ano) e ancora-se na *consciência histórica crítico-genética*, desvelando *regimes de verdade* erigidos nas/pelas relações de saber-poder, as quais atravessam temporalidades e suprimem/objetificam as *diferenças*. Divide-se em duas unidades, cada qual com três momentos (*laços*) didáticos que, ao todo, computam onze aulas de 50 minutos. A SD incita processos educativos interativos por meio de metodologias ativas como dinâmicas pedagógicas. Emprega recursos como: plataformas digitais, *hiperlinks*, textos, audiovisual (documentário), iconografias (imagens), HQ. Contém aportes teóricos, atividades e avaliação, e os conteúdos situaram-se nas lacunas e/ou no silenciamento encontrados em livros didáticos de História sobre a questão.

Palavras-chave: Sexualidade; Gênero; Ensino de História.

ABSTRACT

The didactic sequence (SD) guides classes for the teaching of History about the sex-gender system, and its socio-historical and cultural-subject ontologies. Back to high school (3rd year), and anchored in historical critical-genetic awareness, revealing regimes of truth erected in/by the relations of knowledge-power, as those that cross temporalities and suppress/objectify differences. It is divided into two units, each with three didactic moments (ties) that altogether compose eleven classes of 50 minutes each. SD encourages interactive educational processes, through active methodologies such as pedagogical dynamics. It uses resources such as digital platforms, hyperlinks, texts, audiovisual (documentary), iconographies (images), HQ. It contains theoretical contributions, activities and evaluation, and the contents were located from the gaps and/or silencing found in history textbooks on the issue.

Keywords: Sexuality; Gender; History Teaching.

* Instituto Federal da Paraíba (IFPB), João Pessoa, PB, Brasil. jose-washington.medeiros@ifpb.edu.br <<https://orcid.org/0000-0002-7481-5902>>

** Secretaria de Educação do Município de Cabedelo, PB, Brasil. d.eby.lins@hotmail.com <<https://orcid.org/0000-0001-8631-6847>>

Atualmente, no Brasil, especificamente na escola, discutir sobre gênero e sexualidade ainda é uma difícil investida, sobre a qual recaem grandes desafios. Na atual conjuntura, promover o debate aberto e livre em sala de aula esbarra com envergaduras de poder, sobretudo a partir do neoconservadorismo, das ideologias político-partidárias, do imbricamento das decisões político-estatais com dogmatismos religiosos pelo Congresso Nacional, da reordenação de diretrizes educacionais, como, por exemplo, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017) – e das proliferações de *fake news*¹ que disseminam informações de sentidos intencionalmente orientadas a interesses finalistas, como “ideologia de gênero”, “*kit gay*”,² “escola sem partido”, “doutrinação docente” etc.

Assim, por entender que a escola, os processos educativos e, especificamente, o ensino de História são bases em que se dualizam a reprodução do sistema sexo-gênero³ e a autonomia das transgressões possíveis, contradição entre o controle e a liberdade, deduz-se que o ensino de História pode sintetizar esses parâmetros e se arvorar como processo ora favorável, ora nem tão oportuno, para assumir a *formação integral e omnilateral* a que aludimos em relação à formação da *consciência histórica crítico-genética* no cenário do ensino de História.

A formação integral e omnilateral corresponde a uma educação que proporciona o desenvolvimento amplo, multilateral e sistêmico do sujeito educativo, ao contrário de uma formação unilateral (MANACORDA, 2007). Associada a ela, a consciência histórica crítico-genética alude ao desenvolvimento do pensamento crítico, e visa compreender as mudanças e as permanências por meio das temporalidades, assim como os processos históricos e suas complexidades (SCHMIDT, 2009).

O objetivo é uma consciência crítico-genética, em que a relação presente e passado seja fundamentada em narrativas mais complexas, que se prestem a uma orientação temporal para a vida presente, baseados em princípios como liberdade, democracia e direitos humanos, fundamentos de uma formação para a cidadania. (SCHMIDT, 2009, p. 39)

Por oportuno, propomos os fundamentos da *consciência histórica crítico-genética*, na perspectiva de Schmidt (2009), como uma possibilidade de contornar o aparente “beco sem saídas” com o qual o ensino de História se depa-

ra, haja vista o cerceamento a conteúdos de ensino e ao debate público sobre temas ditos polêmicos, como, por exemplo, *gênero* e *sexualidade*, tendo em vista também o notório desrespeito à liberdade de cátedra docente (pressão e repressão a professores/as), na atualidade.

Assim, considerando que os pilares da consciência histórica crítico-gênética alude, via de regra, aos princípios da formação integral omnilateral, principalmente no que concerne aos fundamentos, como *liberdade*, *democracia*, *direitos humanos* e *cidadania*, bases a partir das quais a educação crítico-libertária (emancipatória) prescinde, situamos tais aspectos como fundamentais às articulações didático-pedagógicas de que o ensino de História tanto necessita para renovar suas forças, na contemporaneidade.

É em tudo isso que se situa este artigo, que traz uma discussão sobre uma *Seqüência Didática* para o ensino de História, um produto educacional decorrente da pesquisa de Mestrado intitulada *O nó de Górdio: regimes de verdade sobre o sistema sexo-gênero no ensino de História*.

A ESCOLA E O SISTEMA SEXO-GÊNERO

Como microcosmo do ordenamento de poder sistêmico-estatal e seus mecanismos de regulação, fiscalização e punição, a escola situa-se em um verdadeiro “campo minado”, de onde eclodem conflitos de várias ordens e sobre o qual contrastam as disparidades da utopia da formação omnilateral, de um lado, e o esforço para controlar o ensino e a gestão educacional e suas formas de promover a aprendizagem reflexiva, a liderança e a ação autônoma, de outro. A tensão reside no fato de que a escola representa os interesses do Estado e da política que o rege, o que a faz tender a ser mais volátil e menos indulgente, sobretudo por reproduzir a ideologia sistêmica.

Em contraponto a isso, a escola também é cânone de mudanças, inclusive de si mesma, e promotora do pensamento livre de coações e subjugações. Assim, a escola e os processos educativos (currículo, didática, metodologia de ensino, avaliação etc.) mantêm viva a chama da esperança emancipatória do ser humano, diante da utopia das transformações de si e do mundo.

Dessa feita, como síntese da união de opostos tão díspares em sua própria razão de ser e na condução de suas próprias funções, a escola congrega a *dia-lética* em sua existência, e os paradoxos das coisas no mundo são amparados

por seu cenário, porquanto ela é, na própria condição de sua funcionalidade, um lugar de padronização, de normatização, de homogeneidade, de binarismo de gênero e, ao mesmo tempo, um espaço de lutas, de resistência, de mudança, de transformação, de diferenças sexuais e de identidades de gêneros plurais ou não binários etc.

Em razão disso tudo, a escola reforça e/ou dissipa *regimes de verdade* de acordo com a forma com que lida com a relação saber-poder (FOUCAULT, 1999), o que pode corroborar ou contraverter, por exemplo, os meandros impositores e inquiridores do *sistema sexo-gênero* e o que ele representa e sustenta, notadamente quando se autodeflagra como única possibilidade de constituir o *ser*, dirigido e vigiado pelo patriarcado. Bourdieu (2012) assevera que a escola está imbuída da representação patriarcal de tal forma que condiciona a intimidade e reordena a forma como os sujeitos constroem as imagens de si mesmos.

Como macrossistema sociocultural, o patriarcado é autorregulado pela autoridade masculina e falocentrista, cujos alicerces são estruturados a partir do fortalecimento de si, da (re)constituição da rede simbólica que confere forças às suas bases e da preservação biológica como dinamismo para conservar a sociedade gerada, a sociedade patriarcal. Envolve o sistema econômico, o político-estatal, o jurídico-teológico e o midiático, está a serviço deles e mantém o julgo sobre a família, a sexualidade e os papéis de gênero, cuja linguagem associada envolve as múltiplas formas de repreensão e de violência utilizadas para institucionalizar suas forças sexistas e sistêmicas (CARVALHO; ANDRADE; JUNQUEIRA, 2009).

Com efeito, entendemos o sistema sexo-gênero como a principal engrenagem política do poder patriarcal, estatal-jurídico e eclesiástico, por meio do qual as prescrições normativas determinam atos comportamentais e performances de conduta congruentes e condizentes com a relação intrínseca e inviolável entre o sexo biológico (genitália) e os postulados de gênero (cisgênero)⁴, que classificam o que é ser *homem* e o que é ser *mulher*, e as condutas forjadas para cada distinção (MEDEIROS, 2019). O conjunto de atribuições normativas e sociais para o/pelo sistema sexo-gênero sedimenta, pois, os padrões culturais sobre os papéis, as representações, as manifestações, as relações, os afetos, as práticas sexuais e as identidades de gênero, diante da polarização binária *macho* e *fêmea*, indistintamente.

Por esses termos, qualquer deslize referente aos determinismos do sistema sexo-gênero, seja em relação às experiências sexuais, seja em relação aos atos comportamentais – constituição/expressão de gênero –, é passível de fiscalização, controle e retaliação, na tentativa de fazer com que o sujeito infringente “volte ao eixo”, ou seja, obedeça aos parâmetros estipulados pela ordem imposta para que tal sistema continue autossuficiente, produtor e reproduzível. Células socioculturais, a exemplo da família, da escola, da igreja, da comunidade etc., são guardiãs históricas do sistema, germens de vivificação de todo aparato de sentidos e significados que mantêm acesas a vigília sobre os corpos e os comportamentos.

Assim, o sistema sexo-gênero não só conserva os grandes pilares do patriarcado e suas *vozes de comando* (heterossexismo, machismo, misoginia, machismo internalizado, linguagem sexista, masculinidade hegemônica e tóxica, homofobia, micromachismo, falocentrismo etc.), como também é nutrido por bases doutrinárias/religiosas mais ortodoxas – as hegemonias redentoras do divino em contraponto às ameaças submundanas das trevas, constituintes da ideia de “pecado” e de “salvação”.

Por isso, o sistema sexo-gênero produz e, ao mesmo tempo, é teleguiado por *regimes de verdade* severos, advindos de dispositivos de saber-poder, cuja primazia consiste em fazer do binarismo a única vertente para moldar os gêneros (homem/mulher) e para as experiências sexuais; a condição *sine qua non* da existência e da convivialidade humana, nascedouro de um ordenamento implacável, responsável pelas dinâmicas simbólicas e autoproclamáveis que conduzem circunstâncias performáticas, como “azul para menino” e “rosa para menina”, por exemplo.

A crença social na existência exclusiva de dois sexos, associada à atribuição – correlata e lógica – a cada indivíduo de uma natureza, essencialmente masculina ou feminina, permite a reprodução de uma ordem sexual apresentada como objetiva e factual. Nesse aspecto, não se trata, de modo algum, de questionar os dados fisiológicos relacionados com a existência de machos e fêmeas entre os mamíferos humanos; tampouco de negar as diferenças físicas entre os sexos. Apesar disso, existe outra maneira de abordar a questão, precisamente, ao desconfiar dessa evidência ‘natural’. As dúvidas que se opõem a essa certeza incidem sobre o modo como a dicotomia masculino/feminino, considerada o estorvo do

pensamento, organiza uma consciência de si e uma relação com o mundo totalmente peculiares. (BORRILLO, 2016, p. 90-91)

É justamente dessa “consciência de si”, conforme Borrillo (2016), e que Butler (2018) chama de “performance de gênero”, que o referencial patriarcal e o sistema sexo-gênero se valem para encravar seus regimes de verdade auto-legitimáveis. É também com base nessas premissas que todas as pessoas nascem – e devem permanecer durante toda a vida – sob a égide de um único e válido modelo de manifestação sexual e de identidade de gênero: a heterossexualidade compulsória, “a chamada *norma hetero*: uma pressão pré-estabelecida para que a heterossexualidade, como instituição política e com o intuito de evitar inconfidências contra ela mesma e contra as forças que a apoiam (a família, a igreja e o Estado), garanta sua soberania” (MEDEIROS, 2019, p. 94).

Para Borrillo (2016), nessa lógica, a identidade sexual é forçada a se estruturar a partir dos regimes de verdade do binarismo e suas convenções autoritárias, que põem as polaridades em contraponto: heterossexual *versus* “bicha”, virilidade *versus* servilismo, mandatário *versus* abnegação, masculinidade *versus* feminilidade etc.

Foucault (1999) chama atenção para a importância de compreendermos, no âmbito das relações de dominação, até que ponto o poder repreende os sujeitos e, sobretudo, a forma como é exercido sobre eles. Então, é importante que os sujeitos educativos possam *desatar nós*, isto é, construir sinapses sobre o processo de constituição de discursos (*regimes de verdade*) que criam arquétipos para a sexualidade e para o gênero.

Nessa seara, compreender a sexualidade como fenômeno natural e intrínseco à condição humana é uma missão desafiadora e necessária, principalmente para a escola, e particularmente para o ensino de História.

“DESATANDO NÓS”: IDEIAÇÃO DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Foi feita uma pesquisa em seis livros de História do Ensino Médio, adotados pelas doze escolas técnico-integradas (Estadual/Federal), em João Pessoa-PB, que culminou com a construção desta sequência didática.

Como base nisso, a partir da busca feita no portal do Sistema de controle

do Material Didático do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (SIMAD/FNDE), constatamos os livros didáticos escolhidos pelas escolas, e que constituíram as fontes para a coleta dos dados da pesquisa, que são os seguintes:

Quadro 1 – Escolas do Ensino Médio Técnico-integrado, com seus respectivos livros de História do 3º ano, em João Pessoa-PB

LIVROS	ESCOLA
CAMPOS, Flávio de; PINTO, Júlio Pimentel. Oficina de História. 2.ed. São Paulo: Leya, 2016, v. 3.	Escola João Pereira Gomes (ECIT)
	Escola Maria do Carmo de Miranda (ECIT)
BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. História: das cavernas ao terceiro milênio. 4.ed. São Paulo: Moderna, 2016.	Escola Daura Santiago Rangel (ECIT)
	Escola Olivina Olívia Carneiro da Cunha (ECIT)
	Escola Oswaldo Pessoa (ECIT)
BOULOS JÚNIOR, Alfredo. História, Sociedade & Cidadania. 2.ed. São Paulo: FTD, 2016.	Escola Alice Carneiro (ECIT)
	Escola João Goulart (ECIT)
	Escola Manoel Lisboa de Moura (ECIT)
MOCELLIN, Renato; CAMARGO, Roseane de. História em Debate. 4.ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.	Escola João Roberto Borges de Souza (ECIT)
CERQUEIRA, Célia; PONTES, Maria Aparecida; SANTIAGO, Pedro. Por dentro da História. 4.ed. Escala Educacional, 2016.	Escola Raul Córdula (ECIT)
ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. Conexões com a História. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2016.	Escola Pedro Anísio Bezerra Dantas (ECIT)
	Instituto Federal da Paraíba (IFPB)

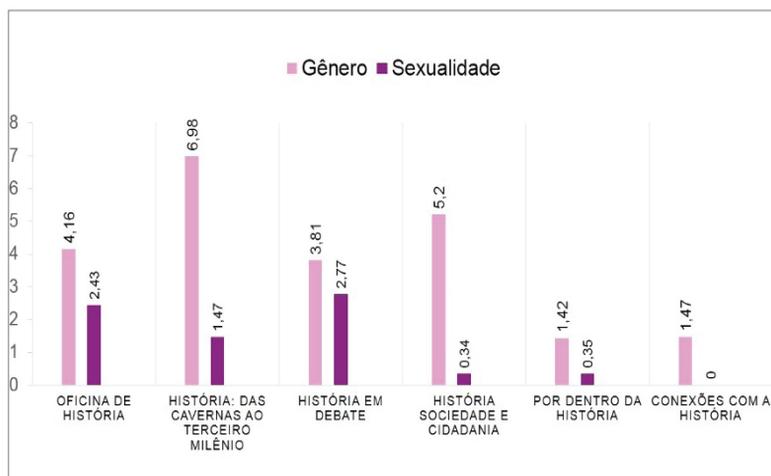
Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados constataram que, *per si*, os livros até desenvolvem uma discussão sobre gênero, mas se restringem às lutas e às conquistas históricas da mulher. No entanto, papéis, representações, performances e identidades de gênero plurais são praticamente omitidos/silenciados pelos recursos didáticos, o que pode escancarar o que a BNCC (BRASIL, 2017) encrava como discursos autorizados e proibidos na/pela escola.

Mediante tal perspectiva, no que tange à distribuição dos temas ao longo dos conteúdos nos livros, relacionando o número de páginas que propiciam informações discursivas sobre gênero e sexualidade com a composição geral de cada obra, fizemos uma síntese desse panorama, com o intuito de ratificar o que os resultados mostraram e facilitar o entendimento sobre cada obra pesquisada.

Isso posto, essa síntese considerou menções feitas pelos conteúdos dos livros sobre os temas em forma de textos, imagens, citações, atividades, dentre outros, o que significa dizer que o enredo discursivo utilizado por meio de múltiplas linguagens comunicacionais foi considerado para mapear a situação, obra por obra, conforme exposto a seguir.-

Gráfico 1 – Menção aos termos *gênero* e *sexualidade*, por página, em cada livro didático pesquisado



Fonte: Dados da pesquisa.

Em termos gerais, conforme se constata, percebemos que as discussões, em grande parte dos livros pesquisados, tratam das relações de saber-poder e seus sistemas de dominação em relação ao gênero e, mais especificamente, no que tange à mulher. Com exceção do livro *Oficina de História*, que mostrou ser a única obra que, de fato, traz discussões evidentes tanto sobre gênero como sobre sexualidade. Já nas outras publicações, tais como *História: das caver-*

nas ao terceiro milênio, *História em Debate* e *História, sociedade e cidadania*, apesar de apresentarem um número significativo de páginas referente às abordagens sobre gênero, nem todas trazem discussões expressivas sobre sexualidade, destacando, muitas vezes, apenas pequenas citações. Assim, a pesquisa constatou um verdadeiro apagamento, principalmente com relação à sexualidade, nas obras investigadas, o que deflagra desproporções com os registros do sujeito histórico em suas temporalidades.

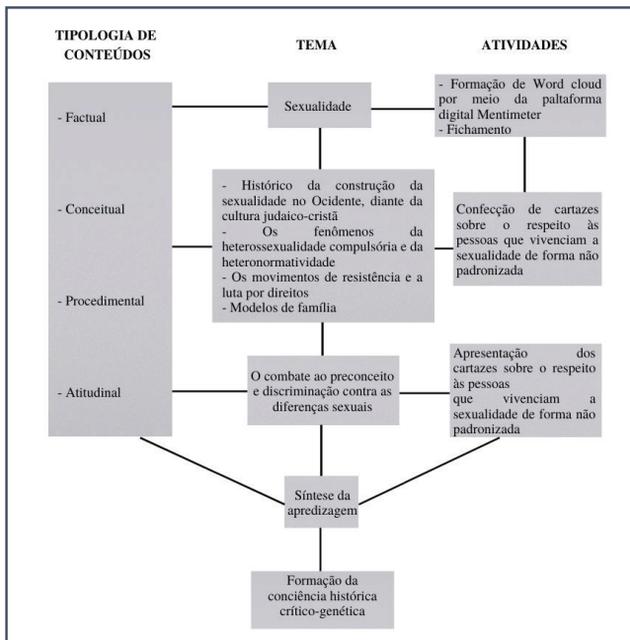
Pensando nisso, almejamos proporcionar aos/às professores/as de História um recurso educacional que possibilite pensar no gênero e na sexualidade numa perspectiva histórico-subjetiva, ao invés de apenas histórico-biológica. O esforço se volta para a promoção do debate e contra toda e qualquer forma de cerceamento e/ou censura sobre a aprendizagem reflexiva em relação ao fenômeno, por meio da desconstrução da visão biológico-higienista, que ainda insiste em circunscrever e, mais além, em abafar a compreensão das relações de poder e seus *regimes de verdade* sobre os corpos e os comportamentos dos sujeitos históricos.

A partir desse olhar, a sequência didática fundou-se na tipologia de conteúdos proposta por Zabala (1998) e na validação proposta por Leite (2018). O primeiro discute diferentes tipos de conteúdo, de acordo com os objetivos educacionais, quais sejam: factuais, conceituais, procedimentais e atitudinais.

Nesses termos, a sequência didática é destinada ao terceiro ano do Ensino Médio, pois esse período corresponde à última fase (ano) da Educação Básica e, em tese, os/as jovens já têm uma base histórica mais solidificada, o que possibilita aprofundar abordagens sobre as coisas no mundo de maneira mais complexa, com o intuito de formar atitudes mais cooperativas e tolerantes.

Nesse contexto, a sequência didática está organizada em duas unidades, com onze aulas. A primeira, sobre a *sexualidade* e seu processo histórico, desvela as relações de poder sobre os sujeitos vistos como “anormais” ou abjetos e o surgimento dos movimentos de resistência e suas conquistas. Seu percurso é apresentado a seguir:

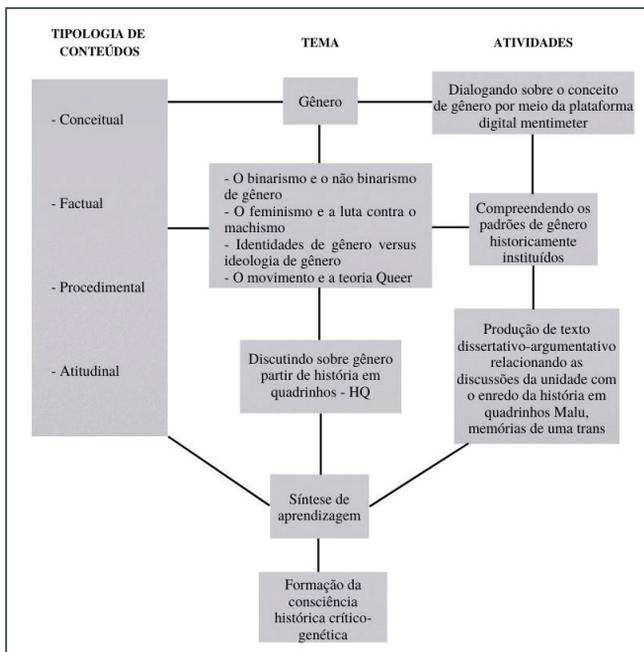
Figura 1 – Percurso de ensino-aprendizagem da primeira unidade



Fonte: Dados da pesquisa.

Já a segunda unidade diz respeito ao *gênero* e seus constructos históricos, equivalentes à produção de padrões de representação que são normatizados social e culturalmente e que, ao longo dos tempos, cristalizam o ideal de masculinidade (*homem-macho*) e feminilidade (*mulher-fêmea*) na sociedade. Também se destacam a resistência e a luta por direitos, articulações por meio das quais a visibilidade dos movimentos sociais de gênero ganhou respaldo, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. A seguir, apresenta-se o percurso da unidade:

Figura 2 – Percurso de ensino-aprendizagem da segunda unidade



Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme explicitado, a primeira unidade é intitulada “O nó da sexualidade”, dividida em três momentos (*laços*). Foi pensada de modo que o arcabouço conteudístico e didático-pedagógico discuta a constituição da sexualidade no Ocidente e resalte os movimentos de resistência bem como a conquista de direitos que, ao longo do tempo histórico, têm angariado forças para dissipar os preconceitos e suas formas de violência simbólica em relação às normatizações sociais que sedimentam padrões culturais compulsórios, isto é, impostos para normatizar os corpos e os comportamentos sexuais.

O primeiro momento do início da primeira unidade busca promover o diálogo sobre os conhecimentos prévios em relação à sexualidade. Para isso, pode-se utilizar a ferramenta *word cloud*, como metodologia ativa, disponível na plataforma digital *Mentimeter*⁵, para formar as nuvens de palavras, o que

ajudará a compreender o conceito de sexualidade e de práticas sexuais, destacando as palavras que foram mais mencionadas, incitando, assim, o debate.

Quadro 2 – Procedimentos da primeira unidade –
“O nó da sexualidade”: primeiro laço

MOMENTO	PROCEDIMENTOS
<i>1º LAÇO:</i> momento de formação de <i>word cloud</i> (nuvem de palavras) sobre sexualidade, por meio da plataforma digital <i>Mentimeter</i>	- Nesse primeiro laço, os/as alunos/as irão formar uma nuvem de palavras, a partir da qual cada um/a deve citar três características sobre sexualidade, através da plataforma digital <i>Mentimeter</i> , e incitar o debate sobre a abrangência do conceito de sexualidade para além da visão biológico-higienista. - Depois, o/a professor/a irá criar uma atividade, por meio do <i>Google Classroom</i> ⁶ , e solicitar aos/as alunos/as que leiam, façam um fichamento, em casa, e postem na referida plataforma, da primeira à terceira unidade, correspondentes ao <i>e-book 'gênero e sexualidade na escola'</i> (ARAÚJO; CRUZ, 2018), disponível em ‘Sugestões de leitura’ da sequência didática.

Fonte: Dados da pesquisa.

As discussões sobre sexualidade na escola parecem que ainda estão fortemente imbricadas no discurso da ciência e não se distanciam do que Foucault (1999) chama de *scientia sexualis*, em que se apodera das “confissões” do sexo para criar normatizações. A escola é um lugar onde pouco se discute sobre sexualidade, e quando se discute é sobre saúde ou higiene, levando, com isso, as questões sobre sexualidade para um campo biológico, como se fossem separadas da Sociologia, da História etc.

Por conseguinte, no segundo momento da primeira unidade, o foco das articulações didático-pedagógicas volta-se para promover o diálogo com os/as alunos/as sobre como a sexualidade foi construída ao longo dos processos histórico-culturais, com o intuito de compreender as permanências e as transformações históricas e destacar os movimentos de resistência como forma de quebrar e de desconstruir formas de excluir as diferenças sexuais.

Quadro 3 – Procedimentos da primeira unidade –
 “O nó da sexualidade”: segundo laço

MOMENTO	PROCEDIMENTOS
<p>2º LAÇO: Momento da aula expositivo-dialogada sobre o processo histórico-cultural de constituição da sexualidade no Ocidente e os movimentos de luta e de representação</p>	<p>- Nesse segundo laço, o/a professor/a discute sobre a percepção da sexualidade na antiguidade clássica, com destaque para Roma e Grécia, cujo foco são as diferenças entre o lugar da mulher (procriadora) e do homem (provedor) na história dessas civilizações.</p> <p>- Conduzir a reflexão sobre a sexualidade a partir da influência da cultura judaico-cristã e seus regimes de verdade institucionalizados. Destaca-se a síntese histórica sobre a perseguição/condenação das práticas sexuais consideradas “desviantes”, “aberrantes” ou “anormais”, a construção dos ideais de família patriarcal, o discurso médico-científico, durante o século XIX, e a ideia de “pecado” para as expressões da sexualidade que não se alinhavam com a lógica heterossexual. Tais reflexões têm o intuito de compreender como a sexualidade foi edificada, ao longo dos tempos, criando comportamentos e moldando os corpos e as práticas sexuais de uns, excluindo e expurgando os corpos e as práticas sexuais de outros.</p> <p>- Relacionar o processo histórico da construção da sexualidade com os conceitos de heterossexualidade compulsória e de heteronormatividade, com o intuito de discutir sobre as normatizações socioculturais impostas como válidas para o sistema sexo-gênero, bem como as consequências a que esses padrões podem chegar, como, por exemplo, as formas de preconceito, de discriminação e de exclusão social de pessoas diferentes, além de formas de violência (da simbólica às que atentam à vida, como o assassinato, da forma como acontece com as pessoas transexuais, no Brasil, por exemplo).</p> <p>- Abordar sobre os movimentos sociais que surgiram, principalmente, a partir dos anos 60, como marco da luta contra os padrões impostos à sexualidade, como o movimento gay. Tal discussão pode se engendrar em fatos históricos relevantes, como a revolta de Stonewall, ocorrida em Nova York, em 1969, como importante acontecimento para a luta da causa LGBT. É possível, também, dar ênfase às conquistas, como a retirada da homossexualidade como patologia pelo Conselho Nacional de Medicina, em 1985, e da Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 17 de maio de 1990. Foi com base nessa data que se criou o dia de combate à homofobia em 2010.</p>

continua na página seguinte

continuação

MOMENTO	PROCEDIMENTOS
<p>2º LAÇO: Momento da aula expositivo-dialogada sobre o processo histórico-cultural de constituição da sexualidade no Ocidente e os movimentos de luta e de representação</p>	<p>- Refletir sobre a constituição do modelo de família tentacular, como outra forma de constituir a família em relação à família tradicional, evidenciando os diferentes tipos de composição familiar. Isso possibilita compreender que instituir um único tipo de família como “aceitável” e/ou “normal” pode gerar transtornos, preconceitos e exclusão de grande parte das famílias que, atualmente, não se enquadram no padrão de família tradicional, como, por exemplo, famílias que têm a mulher como chefe ou famílias homoafetivas.</p> <p>- Dividir a turma em cinco grupos e pedir para que assistam, em casa, ao documentário <i>Colorindo: heteronormatividade na cultura escolar do Amapá</i>⁷. Com base no documentário e no que foi discutido ao longo das aulas, cada grupo deve criar um cartaz relacionado ao respeito às pessoas que vivenciam a sexualidade de forma não padronizada e que deverá ser apresentado em sala. É importante que as/os alunas/os tenham um prazo de três a cinco dias para produzir os cartazes. O/a professor/a deve deixar a critério dos/as alunos/as como irão construir os cartazes, se por meio manual, utilizando cartolinas, por exemplo, ou por meio digital, deixando claro que, depois das apresentações, os cartazes serão afixados ao longo da escola, como forma de socializar/amplificar a divulgação sobre o fenômeno.</p>

Fonte: Dados da pesquisa.

Nessa lógica, discutimos sobre sexualidade a partir das relações de saber/poder presentes na escola e que, segundo Miskolci (2012), são fortemente fundamentadas no heterossexismo. Para o autor, a própria produção científica ainda é desenvolvida por uma classe dominante branca e heterossexual, cujas questões relacionadas à sexualidade e ao desejo ainda são tratadas numa “perspectiva de saúde pública”. Não é de se espantar que a maioria dos assuntos ligados à sexualidade na escola atrelam-se, basicamente, às discussões sobre doenças sexualmente transmissíveis e/ou gravidez na adolescência. Dessa feita, o objetivo é de conscientizar os/as alunos/as a respeito das diferenças sexuais, contribuindo, assim, para o respeito e a valorização dos direitos humanos.

Quadro 4 – Procedimentos da primeira unidade –
 “O nó da sexualidade”: terceiro laço

MOMENTO	PROCEDIMENTOS
<p>3º LAÇO: Momento da apresentação dos cartazes sobre o respeito às diferenças sexuais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Solicitar que os grupos apresentem seus cartazes, estipulando oito minutos de apresentação para cada. - Pedir a dois integrantes de cada grupo que, em lugares previamente escolhidos e com autorização das autoridades competentes, fixem os cartazes na escola.

Fonte: Dados da pesquisa.

A segunda unidade, intitulada “O nó do gênero”, também foi dividida em três momentos (laços), e seu objetivo é discutir como a noção de gênero, ao longo do processo histórico, foi edificada nos/pelos sujeitos sociais, atendendo para os movimentos de luta/resistência e para as conquistas e as consequências da naturalização do *masculino* e do *feminino*, como fenômenos performáticos de indução na sociedade patriarcal e seus interesses em manter os próprios alicerces que, segundo Borrillo (2016, p. 49), correspondem à “preservação biológica da comunidade dos eleitos e conservação cultural da sociedade”.

Assim, essa unidade foi pensada de forma que os/as alunos/as possam participar, efetivamente, das discussões suscitadas, o que pode contribuir para uma aprendizagem mais significativa e para formar uma consciência histórica crítico-genética, uma utopia possível para o sujeito social (re)pensar seu lugar de fala e de gênero em seu próprio contexto histórico na perspectiva emancipatória.

O primeiro momento desta unidade objetiva desenvolver o diálogo entre os conhecimentos prévios dos/as alunos/as e os argumentos de especialistas na área de gênero. Com o intuito de promover uma interação mais profícua, será utilizada uma metodologia ativa, por meio da ferramenta *open ended*, disponível na plataforma digital *Mentimeter*, o que possibilitará trocas simbólicas mais efetivas, no sentido de gerar curiosidades e sínteses (aprendizagens) sobre o fenômeno.

Quadro 5 – Procedimentos da segunda unidade –
 “O nó do gênero”: primeiro laço

MOMENTO	PROCEDIMENTOS
<p>1º LAÇO: Momento do debate sobre o conceito de gênero, por meio da plataforma digital <i>Mentimeter</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - Acessar a plataforma digital <i>Mentimeter</i>, utilizar a apresentação do tipo <i>open ended</i>, para dialogar com o conhecimento prévio dos/as alunos/as sobre o conceito de gênero. - Relacionar as respostas obtidas com a visão de diferentes autoras/es, a partir das sugestões de leitura constantes na sequência didática sobre o conceito de gênero, destacando-o como construção subjetivo-ontológica e sociohistórica.

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando sua complexidade, os gêneros deflagram as relações de poder que o formam. Além de ser entendido como construção social, também pode ser visto como “uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 11). Para Scott (1995, p. 13), “o gênero é um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana”. Por isso, a autora chama a atenção para historicizar o sistema binário, com o fito de compreender o contexto histórico de constituição dos gêneros.

Quanto ao segundo momento da segunda unidade, o intuito é aprofundar as discussões sobre gênero e seus constructos históricos, destacando a multiplicidade de identidades/expressões (espectros) de gênero, como também os movimentos sociais que resistem historicamente e lutam pela causa do respeito às diferenças. Nesse aspecto, releva-se a participação dos/as alunos/as nos debates e nas atividades propostas, o que contribui, sobremaneira, para promover a aprendizagem reflexiva sobre o tema em estudo.

Quadro 6 – Procedimentos da segunda unidade –
 “O nó do gênero”: segundo laço

MOMENTO	PROCEDIMENTOS
<p>2º LAÇO: Momento da aula expositivo-dialogada sobre a (des)construção do binarismo de gênero e os movimentos de resistência</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Iniciar a aula dividindo a turma em cinco grupos. Posteriormente, distribuir para cada grupo dois envelopes e as seguintes categorias de imagens: brinquedos (boneca e carrinho), vestuário (saia e paletó), profissões (engenharia e maquiador/a), bem como fichas contendo as seguintes palavras impressas: agressividade, brutalidade, passividade e sensibilidade. - Solicitar aos/as alunos/as que separem as imagens e as fichas com as palavras impressas em dois envelopes: um que esteja relacionado ao gênero feminino, e outro, ao gênero masculino, marcando em cada envelope a numeração correspondente a cada grupo e entregando novamente ao/à professor/a. - Informar que, ao findar a discussão, a atividade será retomada. - Por meio de <i>slides</i>, ministrar o conteúdo sobre como o binarismo de gênero foi construído historicamente, suscitando uma discussão sobre a formação da masculinidade e da feminilidade. É importante expor slides para os/as alunos/as com imagens de pessoas que estão inseridas na lógica do binarismo de gênero e sujeitos não binários. - Debater sobre os espectros/identidades de gênero que fogem à lógica do masculino e do feminino normatizados. Nesse momento, aconselha-se que o/a professor/a disponibilize para os/alunos/as o texto <i>Glossário da Diversidade</i> (TOURINHO et al., 2017), disponível em “sugestões de leitura” e/ou pelo QR code, para auxiliar a compreensão e as discussões a respeito da pluralidade dos espectros/identidades de gênero. - Expor as diferentes formas de violência que as pessoas são/ estão passíveis de sofrer como sujeitos históricos não normativos no contexto da sociedade patriarcal. Com os celulares, o/a professor e os/ alunos/as podem escanear o QR code para ter acesso ao observatório LAC (2019), que mostra o número de assassinatos e suicídios de pessoas trans, na América Latina, por país e estado. - Discutir sobre a contribuição do movimento feminista para desestabilizar o machismo estrutural, instituído pelo Estado e reproduzido por instituições, como a escola, a família, a Igreja etc.

continua na página seguinte

continuação

MOMENTO	PROCEDIMENTOS
<p>2º LAÇO: Momento da aula expositivo-dialogada sobre a (des)construção do binarismo de gênero e os movimentos de resistência</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Exibir o vídeo <i>O que é masculinidade tóxica?</i>⁶, com o intuito de possibilitar aos/às alunos/as refletirem sobre o conceito de masculinidade tradicional e suas implicações tanto para homens quanto para mulheres. - Em seguida, relacionar o vídeo aos documentários do movimento <i>He for she</i>⁹, a respeito da quebra dos arquétipos machistas, sexistas, falocentristas etc., erigidos e solidificados pelo patriarcado. Tal articulação busca mostrar que há diferentes formas de se vivenciar a masculinidade e de ser homem, isto é, além do machismo estrutural. Em última análise, a relação entre “<i>ser homem</i>” e o respeito à valorização dos direitos humanos como prerrogativa para se alcançar a equidade de direitos para todos/as. Exercício proeminente do que poderíamos chamar de “masculinidade empática”. - Relacionar a (des)construção dos padrões de masculinidade e feminilidade com as diferenças entre ‘identidade de gênero’ e ‘ideologia de gênero’, destacando a importância do Movimento/teoria <i>Queer</i> para aprofundar o entendimento sobre a cultura cis-heteronormativa e as prerrogativas da heterossexualidade compulsória. - Na última aula, entregar, novamente, os envelopes correspondentes a cada grupo e solicitar que cada equipe, em 10 minutos, apresente suas observações posteriores às discussões, relacionando as escolhas feitas, no início da atividade, com os novos aprendizados, e responda a seguinte indagação: “<i>O que significa ser homem e mulher na atualidade?</i>”

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com Louro (2003), a escola (re)produz os padrões de gênero e sexualidade edificados como “normais”, mas a reflexão didático-pedagógica sobre esses enredos na escola (ensino de História) pode incidir na desestabilização dos discursos de saber-poder e seus regimes de verdade sobre o sistema binário. Em outras palavras, reconhecer o gênero como construção subjetivo-ontológica e sócio-histórica é uma forma de entendê-lo para além dos modelos impostos/sacralizados culturalmente, o que contribui para dissipar pre-conceitos/violências em relação aos múltiplos espectros de gênero.

Por isso, neste terceiro e último momento da segunda unidade, propusemos uma atividade sobre a história em quadrinhos *Malu, memórias de uma*

trans (SÁ FILHO, 2013), a partir da qual almejamos refletir sobre os sujeitos que sofrem diferentes formas de violência, em função de normatizações que estabelecem modelos de *ser* e de *agir* considerados social e culturalmente como únicos e válidos. Nesse aspecto, a tônica da reflexão acentua e canaliza o entendimento da luta por direitos e pelo exercício da liberdade daqueles/as que têm nas formas *diferentes de ser* as articulações que compõem a própria existência.

Quadro 7 – Procedimentos da segunda unidade –
“O nó do gênero”: terceiro laço

MOMENTO	PROCEDIMENTOS
<p>3º LAÇO: Momento da atividade sobre a história em quadrinhos ‘Malu, memórias de uma trans’</p>	<p>- Criar uma atividade na plataforma <i>Google Classroom</i> e solicitar aos/as alunos/as que leiam a história em quadrinhos <i>Malu, memórias de uma trans</i>. Por meio dela, solicitar que façam um texto dissertativo-argumentativo relacionando o enredo do quadrinho com a síntese das reflexões/discussões fomentadas anteriormente, na perspectiva de refletir sobre os espectros de gênero expressos na HQ e suas implicações sociais. A ideia é de propor sugestões de combate ao preconceito e à discriminação (homofobia, transfobia etc.) aos sujeitos considerados “anormais”.</p>

Fonte: Dados da pesquisa.

Destarte, atrelar as discussões sobre gênero ao ensino de História pode trazer contribuições profícuas para entender os sujeitos históricos e os regimes de verdade que construíram, e ainda constroem, arquétipos para o que é *ser homem* e *ser mulher* na sociedade, propiciando aos/as alunos/as o desenvolvimento do pensamento crítico sobre diferentes sistemas de dominação subjetivo-social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em um ensino de História que reflita sobre gênero e sexualidade é vislumbrar aprendizados que possibilitem compreender *o outro* para além dos padrões impostos social e culturalmente. É mergulhar na imensidão da com-

plexidade humana e romper as amarras que aprisionam e tentam, a todo custo, silenciar as vozes cintilantes dos sujeitos que ousam *ser*, *sentir* e *amar* fora das institucionalizações normativas prescritas e herdadas compulsoriamente.

É importante salientar que a sequência didática não se encerra em si mesma, ou seja, não é uma fórmula mágica, pronta e acabada, que resolverá tais questões para o ensino de História e para a escola. Assim sendo, a ideia aqui germinada aponta muito mais caminhos possíveis do que destinos certos, posto que não se alicerça em bases positivistas que, via de regra, coisificam a relação sujeito-objeto. Dessa feita, os horizontes que aqui são vislumbrados visam contribuir para processos educativos, no contexto do ensino de História, em que as/os professoras/es tenham autonomia para fazer as devidas adaptações de acordo com a realidade na qual estejam inseridas/os.

Sigamos firmes na caminhada que se desdobra em nossos ombros e busquemos paisagens por meio das quais os horizontes da prosperidade possam desvelar-se diante de nossa percepção de mundo, pois, juntos/as, podemos “desatar nós” que nos interpelam, emaranham e nos distanciam e “atar laços” que nos tornam cocriadores da realidade vivida, cuja teia de articulações constrói pontes, ao invés de obstaculizar os caminhos do diálogo.

Portanto, é livrando-se dos “nós” e intercruzando “laços” que compartilharemos da jornada como sujeitos históricos, conscientes de si e empreendedores de um mundo que reconheça as *diferenças* como cultura da tolerância e diante das singularidades de *ser mais*.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Denise Bastos de; CRUZ, Izaura Santiago; DANTAS, Maria da Conceição Carvalho. *Gênero e sexualidade na escola*. Salvador: UFBA, 2018.
- BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução: Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base*. Ensino médio. Brasília, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias

=85121-bncc-ensino-medio&category_slug=abril-2018-pdf&Itemid=30192.
Acesso em: 05 out. 2018.

BUTLER, Judith. *Os atos performativos e a constituição do gênero*: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Tradução: Jamile Pinheiro Dias. Belo Horizonte: Edições Chão da Feira, 2018 (Cadernos de leitura, n. 78).

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; ANDRADE, Fernando César Bezerra de; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Gênero e diversidade sexual*: um glossário. João Pessoa: UFPB, 2009.

EPAMINONDAS, Débora Lins. “O nó de Górdio”: regimes de verdade sobre o sistema sexo-gênero no ensino de História. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal da Paraíba (IFPB). João Pessoa, 2020. 210 p.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*: a vontade do saber. Tradução: Maria Thereza de Costa Albuquerque e J. A. Gilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Produtos educacionais em Mestrados profissionais na área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. *Investigação Qualitativa em Educação*, v. 1, 2018, p. 330-339.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MANACORDA, Mario Alighiero. *Marx e a pedagogia moderna*. Tradução: Newton Ramos de Oliveira. Campinas: Alínea, 2007.

MARQUES, Juliana Ferreira; MEDEIROS, José Washington de Moraes; ALVES, Edvaldo Carvalho. Práticas de desinformação e o cenário controverso da pós-verdade. In: ALVES, Edvaldo Carvalho et al. (Orgs.). *Práticas informacionais*: reflexões teóricas e experiências de pesquisa. João Pessoa: UFPB, 2020. p. 183-212. E- book. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/769>. Acesso em: 09 abr. 2022.

MEDEIROS, José Washington Moraes. “A flor de Jacinto”: e quando o/a professor/a é gênero não binário? *GÊNERO*, Niterói, v. 19, n. 2, 2019, p. 93-111.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer*: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

OBSERVATORIO DE LAS VIOLENCIAS CONTRA LAS PERSONAS TRANS EN AMÉRICA LATINA. *Assassinatos 2019*. Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/viewer?hl=pt-BR&mid=15bO1d4i5MSNxwyKP5JlkSPKfdwqcJgnN&ll=-6.092629681461541%2C-70.63477980000003&z=3>. Acesso em: 05 set. 2020.

ROMANCINI, Richard. Do “Kit Gay” ao “Monitor da Doutrinação”: a reação conservadora no Brasil. *Contratempo*, Niterói, v. 37, n. 2, p. 87-108, ago./nov. 2018.

- SÁ FILHO, Carlos Alberto Cordeiro de. *Manu: memórias de uma trans*. Ribeirão Preto: RPHQ, 2013. Disponível em: https://issuu.com/cordeirodesa/docs/rphq_malu-mem__rias_de_uma_trans_co. Acesso em: 05 set. 2020.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Cognição histórica situada: que aprendizagem histórica é essa? In: BARCA, Isabel; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. (Orgs.). *Aprender história: perspectivas da educação histórica*. Ijuí: Editora Unijuí, 2009, p. 21-52.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 2 ed. Recife: S.O.S Corpo, 1995.
- TIBURI, Márcia. *Como derrotar o turbotecnomachonazifacismo ou seja lá o nome que se queira dar ao mal que devemos superar*. Rio de Janeiro: Record, 2020.
- TOURINHO, Francis Solange Vieira et al. *Glossário da diversidade*. UFSC: SAAD, 2017. Disponível em: https://noticias.ufsc.br/files/2017/10/Gloss%C3%A1rio_vers%C3%A3ointerativa.pdf. Acesso em: 29 ago. 2020.
- ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Tradução: Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

NOTAS

¹ Apologia à informação a serviço da desinformação. Em outras palavras, trata-se de informações falsas e/ou sem base científica comprovada, que contribuem para a reprodução e ratificação de ideologias como estratégias de manipulação da verdade e, ao instante, como artifício de controle individual e coletivo do pensamento, da decisão e da ação sobre as crenças, as sínteses, as vontades, os comportamentos e as coisas no mundo. (MARQUES; MEDEIROS; ALVES, 2020).

² Designação pejorativa, intencional e ideologicamente criada pelos interesses do conservadorismo teológico-político, originalmente referente ao material didático “Brasil sem Homofobia”, que começou a ser desenvolvido em 2008, como ação educativa do programa “Escola Sem Homofobia”, do Governo Federal. De acordo com a narrativa conservadora, o “*kit gay*” distribuiria nas escolas mamadeiras com bicos em forma de pênis, o que faria com que o material didático do programa supra contribuiria para transformar crianças em pessoas homossexuais (ROMANCINI, 2018; TIBURI, 2020). “Pode parecer incrível, mas, infelizmente, a população brasileira carente e desescolarizada, e hipnotizada pelo fascismo, acredita nesse tipo de coisa” (TIBURI, 2020, p. 71).

³ Entendemos por sistema sexo-gênero as prescrições biológico-normativas determinantes às padronizações socioculturais que tipificam a relação indissociável e inquestionável entre sexo, gênero e sexualidade. Por essas vias, o sistema sexo-gênero é, historicamente, contido e controlado pelo binarismo homem/mulher (macho/fêmea), a partir do qual o patriarcado mantém sua própria legitimidade e reproduz seus interesses. Esta dinâmica nutre-se e, ao

mesmo tempo, é nutrida pelo *sexismo*, que discrimina e desqualifica pessoas diferentes do quadro regulador do sistema sexo-gênero, a exemplo dos sujeitos que não seguem as prescrições de gênero e/ou de manifestação convencional da sexualidade, tais como lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, *queers*, intersexos, assexuais, pansexuais, dentre outros (LGBTQIAP+). Reconhecer o sistema sexo-gênero a partir de uma lógica não binária seria, por oportuno, respeitar a diversidade intersubjetiva, transcender a objetificação linearizada sobre corpos, comportamentos, formas de vida e valores humanos, fomentando uma consciência crítica sobre as diferenças e buscando compreender a complexa teia de sentidos, relações, expressões e configurações naturais com que as identidades sexual e de gênero imprimem sua dinâmica própria e perpassam suas lutas/resistências insurgentes e seu ativismo de contracultura diante do moralismo tradicional instituído pelo patriarcado e seus mecanismos de poder (EPAMINONDAS, 2020).

⁴ Pessoa cuja identidade de gênero condiz com o sexo biológico (de nascimento). Não se trata de opção sexual, posto que alude aos processos subjetivo-ontológicos que constituem a autoidentificação. Sendo assim, podem existir pessoas cisgênero heterossexuais e pessoas cisgênero homossexuais etc. A arguição aqui destacada corresponde ao fato de que o sistema sexo-gênero não reconhece e/ou renega pessoas cisgênero alheias à heterossexualidade, bem como reprova qualquer outra identidade de gênero que se distancia do binarismo.

⁵ A plataforma digital *Mentimeter* é aberta, de acesso livre, e está disponível no *link*: <https://www.mentimeter.com/>.

⁶ A plataforma digital *Google Classroom* é um ambiente virtual de aprendizagem (AVA), de acesso livre, disponível no *link*: <https://classroom.google.com/h>.

⁷ Documentário disponível no *link*: <https://www.youtube.com/watch?v=e9XZEP5a7tk>.

⁸ Vídeo disponível no *link*: <https://www.youtube.com/watch?v=J26TDgBz3MI>.

⁹ Vídeos disponíveis nos *links*: <https://www.youtube.com/watch?v=dacJ4eauVQQ> e <https://www.youtube.com/watch?v=v7bDl2MCc9Y>.